

## A MISSÃO ANTROPOLÓGICA DE TIMOR NO CONTEXTO DAS MISSÕES CIENTÍFICAS PORTUGUESAS

ANA CRISTINA ROQUE  
E VÍTOR ROSADO MARQUES  
SOCIEDADES NO DESENVOLVIMENTO

### Missão Antropológica de Timor / IICT

#### Considerações Gerais

Depois das sucessivas vagas de exploradores e missionários do século XIX, a viragem para o século XX trouxe ao continente africano missões de características diferentes que, no âmbito da consolidação dos impérios coloniais, visavam, fundamentalmente, um conhecimento que se pretendia mais científico das terras e das gentes africanas. A cartografia, a geologia e a hidrografia dos territórios, de par com o reconhecimento dos seus recursos e potencialidades, o conhecimento da vida selvagem, das gentes, dos usos e costumes, tornou-se uma prioridade na África sob domínio colonial europeu. Mais do que a experiência secular em terras africanas reclamada como direito histórico, o seu conhecimento científico constituía o factor decisivo para a legitimação da posse dos territórios disputados pelos europeus.

Portugal não foi uma excepção, e a comprová-lo está a criação da *Comissão de Cartografia*, em 1883, com o propósito específico da elaboração de um Atlas de todos os territórios sob domínio colonial português. Na sequência dos trabalhos desta *Comissão* e da forma como em 1897, e por via do "Questionário para as Autoridades Administrativas"<sup>1</sup>, esta se propunha proceder à recolha exaustiva de dados sobre os territórios coloniais, assistiu-se, na 1ª metade do século XX, ao desencadear de um conjunto de acções que traduziam a necessidade do reconhecimento sistemático desses

<sup>1</sup> Ministério da Marinha e Ultramar / Comissão de Cartographia, Lisboa, 1897.

territórios, como condição indispensável à implementação do próprio processo de colonização<sup>2</sup>.

Conhecimento que pressupunha não só a existência de um suporte científico e técnico em que se alicerçassem os trabalhos a desenvolver, como também o incentivo ao desenvolvimento da investigação científica ao serviço da política colonial.

O reconhecimento geográfico dos territórios coloniais deveria assim ser acompanhado do seu conhecimento científico, sendo que para tal viria a ser criada, em 1936, a *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais* (JMGIC)<sup>3</sup>. Um organismo na dependência do Ministério das Colónias, dotado de competências específicas para coordenar esse trabalho e promover os estudos coloniais, no seio do qual seriam criadas diversas missões científicas, designadamente as de cariz antropológico.

#### Missões Antropológicas: atribuições, objectivos e actuação no terreno

Neste contexto, a *Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique* (MAM)<sup>4</sup>, criada em 1936, foi a primeira de uma série de Missões Antropológicas<sup>5</sup> que

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, a proposta elaborada e apresentada por Ernesto de Vasconcelos, à Assembleia Geral da Sociedade de Geografia em 11 de Dezembro de 1911. *Relatório acerca dos Estudos Coloniais*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1913.

<sup>3</sup> Criada pelo Decreto-lei 26 180 de 1936, a Junta não só incorporava a antiga *Comissão de Cartografia* e as suas atribuições como via consideravelmente ampliadas as funções daquela *Comissão*.

<sup>4</sup> A *Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique* foi criada pelo Decreto-Lei 26 842, de 28 de Julho de 1936 e posteriormente reformulada em 1945, após o que passou a designar-se por *Missão Antropológica de Moçambique* (Decreto-Lei 34 478, de 3 de Abril), vindo a ser extinta em 1958 (Portaria nº16 736, de 19 de Junho). Durante os 23 anos em que exerceu a sua actividade, a *Missão Antropológica de Moçambique* foi chefiada por José Rodrigues dos Santos Júnior, sob orientação de António Augusto Mendes Corrêa, sendo que, inicialmente, todo o trabalho de campo seria feito em estreita articulação com a *Missão Geográfica de Moçambique* a que ficaria agregada a MAM até à reestruturação de 1945.

<sup>5</sup> De acordo com o Plano elaborado pela Junta, a escassez de estudos sobre os territórios coloniais e a falta de investigadores com formação específica em Antropologia e Etnografia, impunham uma escolha no que respeitava às colónias que, prioritariamente, deveriam ser motivo de investigação e estudo das Missões a criar. "Cientificamente todas encerram curiosos e complexos problemas, no campo antropológico, mesmo as menos extensas, como a Guiné ou Timor. Mas do ponto de vista de utilidade nacional, talvez seja preferível voltarmos-nos para Angola ou Moçambique por serem as que encerram mais amplas perspectivas de desenvolvimento demográfico e económico". *Ocupação científica do Ultramar Português* (1945). Este aspecto é particularmente interessante porquanto demonstra claramente os objectivos a que deveriam obedecer estas Missões justificando, em simultâneo, que se tenha começado por Moçambique onde, aliás, os reconhecimentos no

actuaram nos territórios ultramarinos até aos anos 60 e que tinham como principal objectivo o “conhecimento dos grupos étnicos de cada um dos nossos domínios ultramarinos, ou seja, a elaboração das respectivas cartas etnológicas”<sup>6</sup>. De par com estas Missões, incentivou-se a acção e o âmbito geográfico de missões anteriores, como as de Geodesia, Geografia ou Hidrografia, e criaram-se outras vocacionadas para novas áreas científicas a desenvolver, como as de Botânica ou de Zoologia. No início dos anos 40, e por via destas Missões, a Junta incentivava e suportava recolhas e estudos em Angola, Moçambique, Guiné e Timor.

Todas estas Missões eram constituídas por equipas pequenas, de dois ou três técnicos e especialistas da “metrópole”, e o respectivo equipamento técnico e científico necessário aos trabalhos; sendo que, para a sua realização, se contava ainda com o apoio humano e logístico local fornecido pela administração colonial, designadamente, barracas de campanha e outros materiais de acampamento, transportes auto e respectiva manutenção e todo o apoio logístico compatível com os recursos locais. Ao longo do tempo, e no sentido de responder de forma mais eficaz à necessidade de um registo preciso e detalhado, o equipamento de base foi-se tornando mais completo e sofisticado e, no caso das Missões Antropológicas, ao conjunto de instrumentos fundamentais para a recolha e registo dos dados de natureza antropológica – antropómetros, craveiras, goniómetros, plissómetros – foram-se acrescentado gravadores e máquinas fotográficas ou de filmar, por via das quais se captaram para a história momentos únicos dos trabalhos destas Missões e do quotidiano das muitas gentes que delas foram objecto. Durante períodos raramente inferiores a 6 meses e segundo itinerários previamente definidos, estas equipas percorriam vastas áreas geográficas, em função dos objectivos específicos de cada campanha e de cada Missão. Ainda que muitas delas não se cruzassem no terreno, a circulação de informação e a recolha de dados e materiais do que poderia eventualmente interessar às outras equipas surgia naturalmente, sendo frequente encontrarem-se referências na documentação da época que testemunham este princípio de cooperação entre as várias equipas<sup>7</sup>.

Das atribuições específicas das Missões Antropológicas destacava-se a primazia dos estudos de natureza antropológica (somatologia, robustez, constitucionalística e hematologia<sup>8</sup>), para os quais se tornava indispensável o apoio das autoridades locais. Estas deveriam não só providenciar apoio logístico, material e hu-

mano, como assegurar a concentração das populações nos postos administrativos, previamente seleccionados como locais de trabalho. Aí se procedia ao registo minucioso dos caracteres descritivos e das determinações antropométricas frequentemente completados com o registo da imagem (foto e/ou filme) e som (gravação) e com informação específica sobre aspectos particulares dos vários grupos observados – tatuagens, mutilações, vestuário, penteados, adornos...

Contudo, do programa de trabalhos faziam igualmente parte os levantamentos e estudos no domínio da etnografia, da pré-história e da arqueologia<sup>9</sup>, aos quais acresciam ainda os estudos linguísticos e os psicotécnicos e, não raro, os respeitantes ao *habitat* e aos aldeamentos<sup>10</sup>.

A estes aspectos aliavam-se, naturalmente, a formação específica e os interesses pessoais dos diferentes membros que integravam as equipas. E da sua maior ou menor capacidade e possibilidade de os articularem com os objectivos do trabalho de que iam incumbidos, resultaram, por vezes, não só os primeiros trabalhos que se fizeram no domínio da Antropologia, Arqueologia, Etnologia e Linguística<sup>11</sup>, como também uma boa parte das colecções etnográficas que enchem hoje muitos museus, de entre os quais o Museu de Etnologia e o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, ou integram os espólios em depósito em várias instituições portuguesas, designadamente no Instituto de Investigação Científica Tropical que tem, à sua guarda, o espólio da MAM e parte dos espólios das Missões Antropológicas de Timor (MAT), de Angola (MAA) e da Guiné (MAG)<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> A este respeito veja-se, por exemplo, SANTOS JÚNIOR, J.R. dos - “Instruções para a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique referentes à Campanha de 1948”, 1948, p.22a-22c.

<sup>10</sup> No que respeita ao estudo sobre o *habitat*, destaca-se, em particular a *Missão de Estudo do “Habitat” nativo de Timor*, chefiada por Ruy Cinatti e composta por mais dois arquitectos, e a *Missão de Estudo do “Habitat” nativo da Guiné* que viria a ser chefiada pelo arquitecto Schiappa de Campos e composta por um outro arquitecto e por um “antropologista”, que iniciaria as suas actividades um pouco mais tarde. *Vd. Despacho do Subsecretário de Estado, do Ministério do Ultramar, C. Abecassis, de 9 de Agosto de 1958*. Já no que se refere à questão dos aldeamentos indígenas e, sobretudo, aos estudos sobre a viabilidade da movimentação das populações e seu reagrupamento junto de áreas onde se pretendia estabelecer pólos de desenvolvimento industrial e ou agrícola que pudessem beneficiar de mão-de-obra barata e acessível, vejam-se os exemplos de Timor e de Moçambique, este último em estreita relação com a cultura do algodão. *Vd. MARTINHO, Capitão Simões (1945) e SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948)*.

<sup>11</sup> Para uma ideia mais completa dos trabalhos desenvolvidos veja-se GONÇALVES, José Júlio - *Bibliografia Antropológica do Ultramar Português*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1960.

<sup>12</sup> Os espólios da MAA, MAM e MAT integram projectos em curso no IICT, um dos quais no âmbito da História da Ciência com financiamento da FCT (FCT HC0075/2009).

Vale do Zambeze antecederam a própria criação da MAM.

<sup>6</sup> Decreto-Lei 26 842 de 28 de Julho de 1936.

<sup>7</sup> Veja-se, por exemplo, SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1944).

<sup>8</sup> SANTOS JÚNIOR, J.R. dos (1948).



Missão Antropológica de Timor / IICT

A diversidade dos materiais que integram estes espólios, bem como o seu inventário e estudo, evidencia que, ainda que o principal objectivo dos trabalhos das Missões Antropológicas fosse essencialmente a recolha de dados de natureza antropológica, em particular do domínio da antropologia física, as equipas que integraram estas Missões ultrapassaram em muito o que podia ser considerado a natureza das suas funções.

As recolhas então efectuadas providenciam hoje um conjunto de materiais e documentos – materiais arqueológicos e etnográficos, audiovisuais, fotografias, desenhos e documentação manuscrita – que nos permitem um outro olhar sobre as terras e as gentes das áreas onde as mesmas se efectuaram, independentemente do contexto colonial em que se inscreveram e dos pressupostos que nortearam então as recolhas e trabalhos efectuados.

#### A MAT no contexto das Missões Antropológicas Portuguesas

No caso específico de Timor, o arranque tardio da *Missão Antropológica de Timor*, justificado desde logo

no já referido Plano da JMGIC<sup>13</sup>, não teve implicações no desenvolvimento dos trabalhos que, em 1953, foram confiados à chefia de António de Almeida, vogal da JMGIU<sup>14</sup>.

Da equipa faziam parte António Marques de Almeida Júnior e Manuel Pinto Pimenta, auxiliares, e Salvador de Almeida Fernandes, técnico cinematográfico e de gravação de som, que também assegurava a condução de viaturas. Como membros locais foi considerado um missionário, para apoiar os estudos linguísticos, dois funcionários para auxiliar as pesquisas antropológicas e um motorista.

Na esteira do que haviam sido as linhas gerais de orientação das Missões Antropológicas anteriores, a MAT privilegiava os trabalhos de antropologia física e tinha como objectivo a elaboração da “Carta Etnolinguística de Timor”. Esta carta tinha subjacente um conceito muito alargado de Etnolinguística, que devia incluir dados sobre Pré-História, Linguística, Toponímia, Antroponímia, Etnobotânica e Etnozoologia, Etnologia e Antropologia Biológica.

Apresentando os timorenses uma enorme heterogeneidade fisionómica, a que se juntava uma notável diversidade cultural, muito rica do ponto de vista linguístico e da cultura material, foram desde logo considerados, pelo regime colonial da época, como objecto ideal de estudo tendo a MAT realizado para tal mais duas campanhas, respectivamente em 1957 e 1963.

Qualquer destas campanhas pressupunha, como requisito prévio, um orçamento avultado que pudessem cobrir as muitas despesas em pessoal, deslocações, equipamento e meios de transporte, sem o que seria impossível concretizar os objectivos do trabalho que a Missão se propunha desenvolver. As verbas disponibilizadas podiam envolver valores na ordem dos 800.000 / 1.000.000 escudos, por campanha, o que, para a época, não só representava um considerável investimento,

<sup>13</sup> “Pelo que respeita a Timor, o contributo dos estudos antropológicos das tribos timorenses seria de maior importância para o esclarecimento do intrincado problema das origens e relações dos povos indígenas da Melanésia e Insulíndia e crítica da célebre linha divisória de Wallace. Tratando-se, porém, de uma colónia numa distante parte do Mundo e com vários problemas próprios, seria porventura mais vantajoso deixar para mais tarde o trabalho”, “Plano de Investigação Científica e Colonial” citado in BEBIANO, Bacelar (1944).

<sup>14</sup> A *Missão Antropológica de Timor* foi criada a 8 de Junho de 1953 e o seu plano de trabalhos foi apresentado a 16 de Julho de 1953 por António de Almeida à JMGIU (Arquivos IICT – Secção de Secretariado, Expediente e Arquivo – Processos vários: JMGIC Processo 150-A, Docs. 6, 7 e 12). No início de Agosto do mesmo ano a equipa desta Missão estava já no terreno para iniciar os trabalhos previstos.

como também revelava as intenções e o interesse do Estado Português na promoção destas Missões.

Neste contexto, a 1ª campanha da MAT (1953)<sup>15</sup> dispôs de um orçamento de cerca de 800.000 escudos que contemplava sobretudo despesas com pessoal metropolitano e a recrutar em Timor (326 200 escudos), despesas com material (118 807 escudos), e para pagamento de serviços e outros encargos (220 958 escudos), incluindo viagens e transporte de bagagem, comunicações e “despesas de higiene, saúde e conforto”. Excepcionalmente, não se incluíam verbas significativas para a aquisição de equipamento científico pois a MAT pode utilizar o que fora usado em Angola, pela Missão Antropobiológica de Angola, e apenas houve necessidade de adquirir material de audiovisual e de som.

#### O quotidiano da Missão: percursos e trabalhos

Despachado o equipamento (14 vols.) em Lisboa, a 3 de Julho de 1953, no navio “Índia”, a equipa partiu de Lisboa, a 27, num “Constellation” da TWA, que aterrou em Díli a 2 de Agosto, onde eram aguardada pelo Governador, Cap. César de Serpa Rosa, e outras autoridades locais.

Aguardando o “Índia”, aproveitaram-se os dias no reconhecimento da cidade e dos arredores, filmando, fotografando e visitando os principais locais de Díli e preparando uma primeira incursão ao interior com Ruy Cinatti e Mendes Corrêa, que entretanto chegara a Díli.

Chegado o “Índia” a 11 de Setembro, o grupo deixou Díli na manhã de 17, num “Jeep Willeys” e numa camioneta Ford que transportava o material e a bagagem, com destino a Bobonaro, passando por Railaco, Leto Foho, Hato-Lia e Atsabe.

Em Bobonaro, como nas outras sedes de administração, foram recebidos pelas autoridades locais, que acompanhariam os trabalhos, e pelos moradores que organizaram uma recepção com desfiles e danças, revelando uma prática que, embora com cambiantes regionais, se repetiria amiúde nos diversos locais que a Missão visitava antes de se iniciarem os trabalhos.

Num percurso que os levou de Bobonaro ao enclave de Oécussi, a equipa percorreu quase toda a Ilha nesta 1ª Campanha, com paragens pré-definidas nos vários postos administrativos onde se procedia a observações e registo dos caracteres descritivos, antropométricos e fisiológicos dos vários grupos e se realizavam inquéritos linguísticos, de par com o registo de mutila-

ções étnicas, vestuário, fábulas e lendas, antroponímia e toponímia.

O trabalho complementava-se ainda com a anotação detalhada dos diversos aspectos das regiões e das várias manifestações culturais por via de filmes, fotos e gravações. Assim se fixaram imagens e sons de danças e cerimónias tradicionais característicos das diferentes regiões, tais como a “Dança do Loro-Sá” de Ainaro e as danças da cobra e do lenço das mulheres Suai, a dança do Milhafre de Maliana e a das espadas “Lome Siguire” dos Dagadá, de par com as cenas de um quotidiano marcado pelas lutas de galos em Ainaro, pela descasca do arroz “Abertafa Vá Hóhó” entre os Dagadá, pelas cerimónias do pisar do arroz “Sama Hare” e da “luta do pé” de Viqueque, ou pelas caçadas, pescarias e fabrico do sal em Liquiçá.

No sentido de dar resposta aos vários objectivos da Missão, recolheram-se ainda materiais etnográficos e arqueológicos – os primeiros testemunhando a riqueza e diversidade do artesanato tradicional (cestaria, tecelagem, ourivesaria) e os últimos revelando vestígios de uma presença humana que, em certas regiões, como Lautém ou Laga, remonta ao Paleolítico –, procedeu-se a gravações dos dialectos dos 31 grupos etnolinguísticos identificados e à recolha de elementos que permitiu a identificação dos grupos sanguíneos e factores Rh não só dos timorenses, como também de muitos dos chineses de Macau que trabalhavam então em Díli.

Os trabalhos empreendidos nas campanhas seguintes prosseguiram de acordo com linhas de acção semelhantes. Evidenciando a importância da colaboração com as autoridades coloniais e com as chefias tradicionais, as campanhas seguintes permitiram não só completar e precisar dados, como recolher novos elementos, contribuindo assim para sistematizar e consolidar conhecimentos sobre a terra e as gentes de Timor.

#### Nota final

Do conjunto das 3 campanhas realizadas pela MAT resultou o registo de dezenas de características anatómicas e fisiológicas dos naturais e a elaboração de mapas e registos de costumes e técnicas tradicionais, num suporte que utilizou novas técnicas audiovisuais, que permitiram não só gravar músicas e cantares que acompanhavam danças e rituais retratando episódios do quotidiano ou onde é evocado o espírito do povo timorense, como também inúmeras entrevistas realizadas na perspectiva dos estudos linguísticos.

Uns e outros constituem hoje um importante repositório sobre aspectos particulares das gentes de Timor e do património histórico-cultural timorense que

importa recuperar, preservar e estudar. Independentemente do contexto colonial, mais ou menos conflituoso, que enquadrava estas Missões, os dados e espólios recolhidos admitem interpretações e estudos de natureza diferente e que podem vir a contribuir para uma melhor compreensão da realidade actual de Timor.

Deste modo, tanto no que se refere a Timor quanto aos restantes territórios onde actuaram as Missões Antropológicas portuguesas, dispomos hoje de um conjunto de dados que, permitindo uma abordagem muito particular da História colonial, possibilitam uma reflexão sobre novas formas de aproximação ao Outro num contexto de partilha de um património histórico-cultural que a todos diz respeito.

#### Documentação em Arquivo

BEBIANO, Bacelar - *Informação nº 65 de 15 de Junho de 1944*, Arquivos do IICT. Secção de Secretariado, Expediente e Arquivo - Processos vários: Processo 150, Doc. 26.

*Despacho do Subsecretário de Estado, do Ministério do Ultramar, C. Abecassis, de 9 de Agosto de 1958* - Arquivos do IICT. Secção de Secretariado, Expediente e Arquivo - Processos vários: Processo 150-A, Doc.1.

SANTOS JÚNIOR, J.R. dos - *Relatório da 5ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique (Maio a Dezembro de 1948)*, p. 20. (documento dactilografado) IICT, Espólio da Missão Antropológica de Moçambique Doc.SJD406 Cx.D6/48 Capilha A7,67fls. (Cópia completa deste Relatório disponível para consulta no Arquivo da Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, cota: ISCSP 57(679))

#### Bibliografia

GONÇALVES, José Júlio - *Bibliografia Antropológica do Ultramar Português*, Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1960.

MARTINHO, Capitão Simões - *Aldeamentos indígenas: um dos problemas da colonização de Timor*. Boletim Geral das Colónias, n.º238, vol. 21, 1945.

MINISTÉRIO DA MARINHA E ULTRAMAR / COMISSÃO DE CARTOGRAPHIA - *Ocupação científica do Ultramar Português: Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial*. Lisboa: AGU, 1945.

*Questionário para as Autoridades Administrativas das Províncias Ultramarinas e Instruções para o Traçado de Itinerários*, Lisboa: Comissão de Cartografia, 1897.

SANTOS JÚNIOR, J. R. dos - “Missão Antropológica de Moçambique: alguns resultados de duas campanhas”, *Revista de las Ciencias, Madrid*, 1944, 9 (3), 10 p.

VASCONCELOS, Ernesto de - *Relatório acerca dos Estudos Coloniais*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1913.

<sup>15</sup> Este orçamento, num total de 800.000 escudos foi estimado com base no das campanhas de Angola..